

AS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA NA MICRORREGIÃO DE ANDRADINA-SP

Elisandra Alves Silva¹
Flaviana Cavalcanti da Silva²
Antonio Lázaro Sant'Ana³
Murilo Didonet de Moraes⁴
João André do Amaral⁵

A Microrregião de Andradina é fortemente marcada pela presença de assentamentos rurais. Estes representam o principal resultado da luta de movimentos sociais pela terra e de ações governamentais voltadas para a desconcentração fundiária na região. Além do acesso à terra, as políticas públicas de desenvolvimento rural devem contribuir para a consolidação das estratégias de reprodução socioeconômica nos projetos de reforma agrária, a fim de fortalecer as famílias assentadas frente aos diferentes desafios encontrados após a conquista da terra, com reflexos diretos na qualidade de vida destas. Este trabalho discute aspectos relacionados às dificuldades encontradas por produtores em assentamentos pertencentes à Microrregião de Andradina e expressa a avaliação destes sobre as condições de vida de suas famílias. Por meio de questionários compostos majoritariamente por questões abertas, aplicados durante visitas realizadas aos lotes, foram pesquisados 26 produtores pertencentes a assentamentos rurais, distribuídos entre seis municípios da referida Microrregião. A avaliação dos produtores sobre as *atuais* condições de vida de suas famílias, na grande maioria dos casos, expressou a percepção destes acerca das implicações da conquista da terra, com constantes comparações à situação anterior à vida no assentamento, sendo observada uma gama diversificada de aspectos mencionados como pontos positivos. Muito embora, se reconheça que *ainda há muito para ser feito* por parte dos diferentes atores sociais envolvidos nas ações de desenvolvimento no campo, prevaleceram dentre os produtores pesquisados, avaliações positivas acerca das condições de vida de suas famílias, vistas como *boa ou ótima* por 73% dos produtores pesquisados.

Palavras-chave: percepção dos produtores, assentamentos rurais, políticas públicas

¹ Engenheira Agrônoma – E-mail: elisandra_agro@yahoo.com.br

² Engenheira Agrônoma, discente do Programa de Pós Graduação da Unesp – Campus de Ilha Solteira (doutorado) - E-mail: flaviana_cavalcanti@hotmail.com

³ Engenheiro Agrônomo, docente da Unesp – Campus de Ilha Solteira - E-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

⁴ Engenheiro Agrônomo, discente do Programa de Pós Graduação da Unesp – Campus de Ilha Solteira (mestrado) - E-mail: murilonx@hotmail.com

⁵ Engenheiro Agrônomo – E-mail: champignon2000@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Agrária é considerada como um processo fundamental para o desenvolvimento rural no Brasil, pois ao promover mudanças na estrutura fundiária brasileira profundamente desigual, permite o acesso à terra de um grande número de trabalhadores sem terra ou com posse precária da terra, constituindo assim uma camada de agricultores familiares. Foi, justamente, a prevalência de um forte setor de agricultores familiares um dos alicerces do desenvolvimento de diversos países europeus e asiáticos (VEIGA, 1994; GUANZIROLI, 2001).

Conforme enfatiza Miralha (2006), o Brasil é hoje um dos maiores países em termos de dimensão territorial, contudo, possui milhares de agricultores sem terra e/ou com pouca terra (menos de 20 ha). Essa contradição se baseia na extrema concentração fundiária e desigualdade social que há no país, e que, a partir da década de 1960, foi ampliada com a “modernização conservadora”. Tal concentração fundiária exclui da produção agropecuária milhares de famílias que atualmente se encontram nas periferias das cidades, desempregada.

A forte concentração da estrutura fundiária brasileira dá origem a relações econômicas, sociais, políticas e culturais cristalizadas em um modelo agrícola inibidor de um desenvolvimento que combine a geração de riquezas e o crescimento econômico, com justiça social e cidadania para a população rural (MDA, 2004). Em contrapartida:

A reforma agrária hoje possui grande importância, principalmente no âmbito social. É unânime seu reconhecimento como uma política de distribuição de renda e de inclusão social, “desafogando” pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, e minifundiários e proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades e excluídos do mercado de trabalho e que foram expulsas do campo, migrando para as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade (MIRALHA, 2006).

De acordo com Heredia et al. (2002), os assentamentos rurais viabilizam o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída e que, embora, apresentasse algum tipo de inserção no mercado de trabalho, o fazia em condições de instabilidade e precariedade. Ainda segundo os referidos autores, o acesso à terra possibilita às famílias uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar, que culminam, geralmente, em uma melhoria dos rendimentos e das condições de vida, sobretudo, ao se considerar a situação de pobreza e de exclusão

social que se encontravam muitas dessas famílias, antes de sua inserção nos projetos de assentamento.

Em vista dos aspectos mencionados, este trabalho discute questões ligadas à situação das famílias em projetos de reforma agrária na Microrregião de Andradina/SP, a partir da percepção dos produtores, na perspectiva de contribuir para a compreensão da situação dos assentamentos rurais, refletida na vida das protagonistas dos processos que envolvem a conquista da terra: as famílias assentadas.

2. METODOLOGIA

De acordo com o INCRA, a Microrregião de Andradina, composta por onze municípios (Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci e Suzanápolis), reúne atualmente 36 assentamentos de Reforma Agrária, que ocupam aproximadamente 60 mil hectares e contemplam cerca de três mil famílias.

Conforme Tabela 1, foram pesquisados 26 produtores pertencentes a sete assentamentos (Assentamento Belo Monte, Assentamento Aroeira, Assentamento Estrela da Ilha, Assentamento Rosely Nunes, Assentamento Primavera, Assentamento São José II e Assentamento São Joaquim), localizados em cinco municípios da Microrregião de Andradina (SP).

Tabela 1: Produtores pesquisados e dados acerca dos respectivos assentamentos.

Município	Assentamento	Data de criação	Nº de famílias	Produtores pesquisados	
				Nº	%
Andradina	Belo Monte	22/04/2002	74	7	28
Guaraçaí	Aroeira	17/09/1987	40	4	16
Ilha Solteira	Estrela da Ilha	21/03/2005	209	5	20
Itapura	Rosely Nunes	21/03/2005	85	6	24
Andradina	Primavera	22/06/1981	280	1	4
Guaraçaí	São José II	09/02/1988	39	1	4
Castilho	São Joaquim	25/08/2003	46	1	4

Fonte: INCRA, 2010.

A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas, durante o segundo semestre de 2011, com a utilização de questionários, predominantemente compostos por

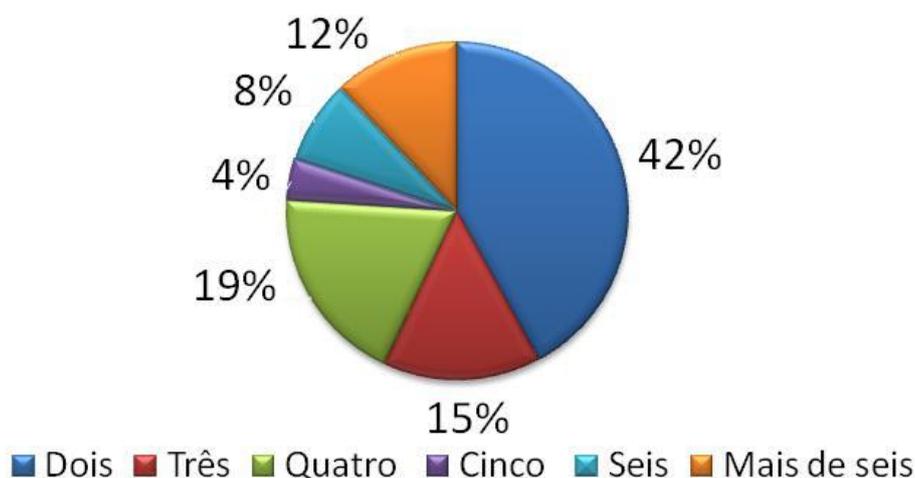
questões abertas. Inicialmente pretendeu-se realizar a caracterização das famílias e das unidades de produção; posteriormente, em um questionamento específico, buscou-se captar a percepção dos produtores acerca das atuais condições de vida de suas famílias, com o estabelecimento de uma abordagem que objetivava propiciar uma maior liberdade ao produtor para expor as suas percepções e experiências, neste caso, as respostas foram integralmente copiladas e posteriormente agrupadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Características dos produtores pesquisados e dos respectivos lotes

Observa-se por meio da Figura 1, que em 42% dos lotes pesquisados residem duas pessoas, com destaque para o casal; em 57% dos lotes, moram no máximo três pessoas. Lotes nos quais residem de quatro a seis pessoas correspondem a 31% do total.

Figura 1: Número de pessoas da família que reside nos estabelecimentos estudados (Microrregião de Andradina-SP).



Fonte: Dados da pesquisa, 2011

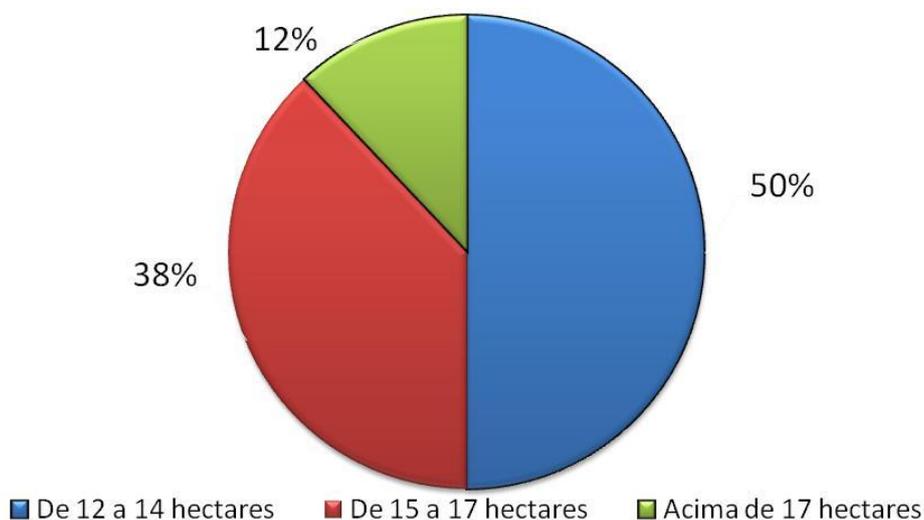
Dentre os titulares dos lotes pesquisados, 24 (92%) pertencem ao sexo masculino. Em relação ao trabalho, exceto em um caso (trabalha esporadicamente como tratorista), os demais exercem suas atividades somente no lote. Dentre os cônjuges, apenas uma esposa não trabalha no lote, desenvolvendo exclusivamente trabalho não

agrícola fora do estabelecimento. Somente em um caso, foi observado o desenvolvimento de trabalho não agrícola (artesanato) por parte do cônjuge, combinado com o trabalho agrícola no lote.

Os titulares dos lotes pesquisados possuem, em média, 54 anos, já a idade média dos cônjuges é de 51 anos. No que se refere à escolaridade, 80% dos titulares e mais de 80% dos cônjuges estudaram no máximo até o ensino fundamental, sendo que a maior parte não ultrapassou a 4ª Série (46 % dos cônjuges e 54 % dos produtores entrevistados).

A área média dos lotes pesquisados é de 14 hectares, de modo que metade dos produtores pesquisados possuem lotes que abrangem entre 12 e 14 hectares.; sendo que 78% (Figura 2) possuem entre 12 e 17 hectares e apenas 12% dos produtores possuem lotes que ultrapassam 17 hectares.

Figura 2: Número de produtores pesquisados por faixa de área total explorada (Microrregião de Andradina-SP).



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Explorações Agropecuárias

A bovinocultura foi observada em 24 lotes (92%), com uma média de 34 cabeças, sendo que 58% dos produtores possuem rebanhos que reúnem de 11 a 30 cabeças (Tabela 2). A pecuária de leite refere-se à principal atividade geradora de renda

para a grande maioria dos produtores assentados da Microrregião. Durante o período de realização da pesquisa, 73% dos agricultores estavam produzindo leite, com uma média de 69 litros por dia (período seco), esta média é 33% inferior à observada no período das águas.

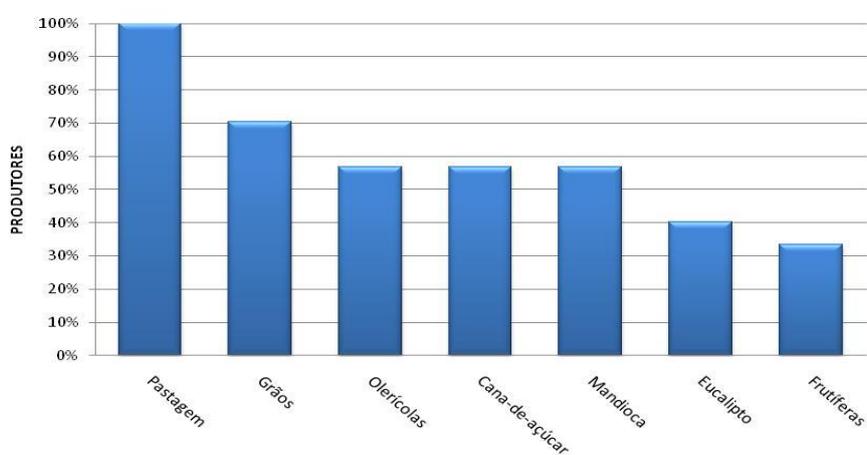
Tabela 2: N° de cabeças (bovinocultura) presentes nos estabelecimentos (Microrregião de Andradina-SP).

N° de cabeças	Lotes (n°)	Lotes (%)
11 a 20	7	29
21 a 30	7	29
31 a 40	3	13
41 a 50	5	21
acima de 51	2	8

Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Todos os produtores pesquisados possuem áreas ocupadas com pastagens em seus lotes (Figura 3), reflexo da importância da bovinocultura para os produtores assentados da região. Esta exploração abrange, em média, 80% das áreas totais dos lotes. Segundo dados do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012), as áreas de pastagem dentre os agricultores familiares da Microrregião de Andradina, ocupam 75% da área total ocupada por estabelecimentos pertencentes a agricultores familiares.

Figura 3: Explorações agropecuárias mencionada pelos produtores entrevistados.



Fonte: Dados da pesquisa, 2011.

Áreas destinadas à produção de grãos foram observadas em 70% dos lotes pesquisados, estão são representadas pelo cultivo do feijão e do milho. A maioria dos produtores explora a cultura com a finalidade única de atender o consumo interno do lote, de modo a destinar a produção quase que integralmente à alimentação animal, com destaque para a suplementação da alimentação do gado, durante o período seco, neste caso o produto é fornecido, sobretudo, na forma de silagem e/ou *rolão* de milho. A cultura do feijão foi semeada por 10 (38%) dos produtores pesquisados na Microrregião de Andradina; em seis casos refere-se feijão catador ou feijão-de-corda (*Vigna unguiculata*).

O cultivo de olerícolas foi constatado em 58% dos lotes pesquisados. Esta atividade destaca-se tanto para a geração de renda, como para as estratégias que envolvem o autoconsumo. A produção de olerícolas representa a mais importante fonte de renda para dois produtores. A principal cultura observada, em termos de frequência, refere-se à abóbora, produzida por 58% dos produtores, sendo que em seguida foram mencionadas as culturas da melancia (27%), do maxixe (19%), do quiabo (15%) e as olerícolas folhosas (19%).

Dentre os produtores entrevistados, 15 (58%) produzem cana-de-açúcar. Salienta-se que, em todos os casos, a produção é destinada ao autoconsumo nos lotes, sendo empregada na suplementação da alimentação do rebanho.

A mandioca, mencionada, também por 15 produtores (58%), consiste em uma das principais culturas exploradas pelos produtores pesquisados. É comercializada *in natura* por sete produtores, somado a estes um produtor destina a produção à fabricação artesanal de farinha que é vendida para o comércio varejista.

A fruticultura foi observada dentre 10 produtores pesquisados, dentre estes, sete destinam parte da produção à comercialização. As principais frutas cultivadas consistem na banana (15% do total de produtores), na manga (12%) e no maracujá (12%).

Onze produtores têm em seu lote o eucalipto (42%), sendo que, destes, sete destinam a produção à comercialização, enquanto nos demais casos o produto é utilizado no próprio lote. A freqüente a exploração do eucalipto em combinação com a pecuária de leite.

As condições de vida das famílias pesquisadas

Ao serem solicitados para realizar uma avaliação acerca das atuais condições de vida de suas famílias, os produtores, na grande maioria dos casos, manifestaram as suas percepções sobre as mudanças propiciadas pela conquista da terra. Neste sentido, os principais aspectos mencionados como positivos, relacionam-se com a autonomia na condução de suas atividades, *de suas vidas*; aspectos estes também observados em trabalho realizado por Heredia et al. (2002):

Não pagar renda da terra, sentir-se *liberto*, senhor de seus passos e capacitado para controlar sua vida, deixar de ser *escravo*, foram elementos recorrentes nas falas dos assentados quando contrastam o passado com o presente (HEREDIA et al., 2002, p. 22)

Além dos aspectos ligados à autonomia dos produtores, outros, também, mencionados como pontos positivos, se referem aos avanços relacionados com a qualidade da alimentação/segurança alimentar e com a moradia, conquistados a partir da inclusão das famílias nos projetos de reforma agrária.

A gente percebe que tá melhorando a cada dia, antigamente, precisava trabalhar fora, agora não, hoje a gente tá no que é da gente e tá dando! (E.L.C.; 42 ANOS).

Antigamente eu não tinha uma vida assim, era trabalhando para os outros (N.M.C.; 45 ANOS).

Hoje a gente vai ao mercado não fica regulando (R.B., 59 anos).

Está boa, a gente come bem... (J.A.; 52 ANOS).

Acho que tá melhor do que na cidade, a qualidade de vida, alimentação melhorou... (V.S.S.; 45 ANOS).

Tô no céu nunca tinha sonhado em morar em uma casa como a atual (J.N.S., 52 ANOS).

Estamos vivendo melhor, com mais conforto, antes só trabalhava, deu para reformar a casa (A.P.; 56 ANOS).

Dentre os 26 produtores entrevistados, sete (27%) avaliaram como 'ótimas' as atuais condições de vida de suas famílias.

Está ótima, quando leite está bom, dá dois mil ou um pouco mais (...). A gente tem tudo o que precisa ou quer (R.S.T.; 31 ANOS)

Ótima, se tivesse na cidade não conseguiria dar o conforto que hoje posso dar para minha mulher e para minha filha (N.M.C; 45 ANOS).

Ótima qualidade de vida! O lote é a minha paixão (A.R; 51 ANOS).

Quatro desses produtores pertencem ao Assentamento Belo Monte, município de Andradina, e representam mais da metade dos agricultores pesquisados neste assentamento. Em relação ao tempo de trabalho nos respectivos lotes, observou-se que três estão nas atuais áreas há um período de 11 a 13 anos e quatro no máximo há seis anos. Ainda em relação aos produtores que consideraram como *ótimas* as condições de vida de suas famílias, dois mantêm a pecuária de leite aliada ao cultivo de quatro ou mais culturas, com produção destinada à comercialização e ao autoconsumo; em três casos, a renda das famílias provém da pecuária de leite e da exploração vegetal de até duas culturas; em um caso, a família se dedica exclusivamente à exploração vegetal, com cultivos que reúnem mais de quatro culturas. Apenas um produtor afirmou que não possuía financiamento ativo, dentre os demais, prevaleceram linhas de crédito do Pronaf (Investimento e/ou Custeio), com destaque para os custeios. Em relação aos serviços de ATER, apenas um produtor afirmou que no momento não contava com assistência técnica.

No caso de 12 produtores (46% do total pesquisado) a avaliação das atuais condições de vida de suas famílias foi considerada “boa”:

Boa, porque a gente pode dar conforto para a família... (R.B, 59 ANOS).

Boas, hoje a gente vive na terra da gente, com toda a família, consegue pagar as despesas... (M.S.M; 64 ANOS).

Hoje tá bom, do jeito que tá, tá bom, não vou *enricar* mesmo, a filha fala para vender isso aqui, mas a gente gosta, já se acostumou (J.S.M.S.; 59 ANOS).

Dentre esses, sete estão nos respectivos lotes há mais de 18 anos e cinco há um período de dois a seis anos. Apenas em um caso, o produtor entrevistado se dedica exclusivamente à pecuária de leite e outro unicamente à exploração vegetal. Os demais conciliam a produção leiteira e a exploração de duas ou mais culturas. Todos os produtores, exceto um, afirmaram que possuíam financiamentos ativos correspondentes as linhas de crédito do Pronaf. No que se refere aos serviços de ATER, sete dentre os 12

produtores que avaliaram como boas as condições de vida de suas famílias não estavam recebendo assistência técnica no momento da pesquisa.

Seis produtores (23%) avaliaram como ‘regular’ as atuais condições de vida de suas famílias:

Regular. Tem muitas coisas para melhorar, terminar a casa, fazer um tanque para peixes (O.M.B, 46 anos).

Não tem para aonde correr, não tá as mil maravilhas, mas dá para viver... (B.M.S., 60 anos).

Hoje trabalha mais, ficou doente não tem diversão, agora é só trabalho, a gente não tem tempo para fazer mais nada (A.M, 65 anos).

Metade dos produtores entrevistados que apresentaram tal avaliação pertencem ao Assentamento Rosely Nunes (Itapura-SP).

Os produtores que apresentaram tal avaliação conciliam o cultivo de uma ou mais culturas destinadas à comercialização com a produção de leite (exceto um agricultor que se dedica à pecuária de corte e à agricultura); em quatro casos são exploradas quatro ou mais culturas. Em relação ao acesso a créditos, apenas um produtor não possuía financiamento ativo no momento, os demais mencionaram linhas de crédito do Pronaf. Metade dos produtores que avaliaram como ‘regular’ as condições de vida de suas famílias não conta com serviços de assistência técnica e extensão rural. “Se tivesse assistência técnica estaria melhor” declarou um produtor (J.M.; 62 anos).

Dentre as queixas apresentadas, as principais estão relacionadas com a renda, relatadas por metade dos produtores que consideram as condições de vida das respectivas famílias como ‘regular’:

Hoje a gente vive não só com a renda do lote, porque na seca a gente passa um pouquinho apertado, mas dá para viver do nosso leite (J.M, 62 anos).

Lucro aqui não tem. Vida de pobre, mas dá para viver porque os dois (o casal) somos aposentados ((A.M, 65 anos).

Renda tá baixa, por conta dos investimentos. Mas eu não desanimo, tô olhando para frente, a gente vai passando apertado, mas já formamos uma filha em Veterinária, a gente montou irrigação, comprou botijão para inseminação (J.F.S; 44 anos).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre as atuais condições de vida de suas famílias, os produtores pesquisados expressaram a sua percepção acerca das mudanças propiciadas pela conquista da terra, com constantes comparações à situação anterior à vida no assentamento. Foi mencionada uma gama diversificada de aspectos como pontos positivos, com destaque para os avanços que envolvem a autonomia dos produtores, a moradia e a alimentação das famílias. Muito embora, se reconheça que *ainda há muito para ser feito* por parte dos diferentes atores sociais envolvidos nas ações de desenvolvimento no campo, prevaleceram dentre os produtores pesquisados, avaliações positivas acerca das condições de vida de suas famílias, vistas como *boa ou ótima* por 73% dos produtores pesquisados.

5. REFERÊNCIAS

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HEREDIA et al. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 73-111, 2002.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/reforma-agraria>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

LOPES, D. E; ALMEIDA, R. A. Posse e uso da terra na microrregião de Andradina-SP: Uma análise a partir dos dados censitários. 2012.

MIRALHA, W. Questão agrária brasileira: origem, necessidade perspectivas de reforma hoje. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, jan/jun. 2006.

VEIGA, J. E. Fundamentos do Agromodernismo. In: STÉDILE, J. P. (org.) *A Questão Agrária Hoje*. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994, p. 68-93.